



16° Congresso de Iniciação Científica

A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE INSTITUCIONAL NA GERAÇÃO DO CONHECIMENTO E NA FORMAÇÃO DO MERCADO INFORMAL

Autor(es)

WERLLON FRANCER CAVALHEIRO DE MEIRA

Orientador(es)

EDUARDO EUGÊNIO SPERS

Apoio Financeiro

PIBIC/CNPq

1. Introdução

As atividades informais sempre estiveram presentes na atividade econômica e são consideradas como ilícitas ou não formalizadas desde que o Estado passou a intervir e a regular as atividades de trocas e comportamento humano. Existem quatro componentes principais da regulamentação que distinguem a utilidade pública dos outros setores da economia: (1) controle de entrada; (2) fixação de preços; (3) imposição de uma obrigação para servir todas as aplicações sobre razoáveis condições; (4) prescrição da qualidade e condições do serviço (KAHN, 1998, p. 3).

Conhecer o papel do governo é imprescindível para se analisarem a viabilidade e as conseqüências da introdução de programas e leis que impliquem ganhos no nível de formalidade. O papel do governo é necessário, devido à inexistência de uma operação perfeita de mercado. Assim, podem ocorrer divergências entre os níveis ótimos de satisfação privados e sociais, quanto ao nível de formalidade, por exemplo.

Segundo Curi e Menezes-Filho (2006, p. 868), os altos níveis de informalidade existentes no mercado de trabalho brasileiro e no de vários países em desenvolvimento tem gerado um intenso debate na sociedade e na literatura econômica a respeito do mercado informal de trabalho. Na sociedade brasileira existe uma preocupação cada vez maior com os crescentes níveis de informalidade e seus impactos sobre a economia nacional.

Ao longo de toda a década de 90, o mercado de trabalho brasileiro experimentou um aumento da informalidade. O grau de informalidade cresceu de 1992 a 2001, e a partir de 2002 passa a decrescer ligeiramente. A incidência e o aumento da informalidade não são, entretanto, homogêneos entre as regiões metropolitanas, entre trabalhadores com diferentes anos de estudos e entre empresas com maior ou menor número de trabalhadores (IPEA, 2006).

De acordo com Reis e Ulyssea (2005), em 2003, a soma dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e por conta própria correspondia a aproximadamente metade da força de trabalho brasileira.

A existência de um setor informal dessa magnitude tem impactos significativos sobre diferentes aspectos da economia. Um elevado grau de sonegação e perda de base tributária, pelo lado fiscal, e a qualidade e o nível de empregos gerados, com efeitos deletérios sobre o lado produtivo, são conseqüências diretas desse alto nível de atividades informais no mercado de trabalho (REIS e ULYSSEA, 2005).

Com o aumento dos empregos informais, cresceu também a pirataria – como são popularmente conhecidas a fabricação e a comercialização de cópias de artigos originais. A existência do mercado informal está muito ligada ao comportamento dos indivíduos em um determinado ambiente institucional. O consumo consciente pressupõe o entendimento dos malefícios que a compra de um produto pirata, por exemplo, pode gerar para a economia em termos de evasão de impostos, concorrência desleal e a não geração de empregos formais.

De acordo com o AKATU (2008), cerca de 74% da população brasileira compra ou já comprou produtos piratas, um costume que, somente para os setores de roupas, tênis e brinquedos, retira do país ao menos R\$ 18,6 bilhões em arrecadação de impostos.

A compra de produtos piratas já é um hábito no país. Segundo a Associação Nacional para Garantia dos Direitos Intelectuais – ANGARDI, 12% dos brasileiros compram brinquedos piratas e 24% adquirem roupas no mercado informal. Isso quer dizer que um em cada quatro brasileiros compra roupas que não arrecadam impostos (AKATU, 2008).

Os dados apresentados demonstram a relevância e importância da elaboração de projetos de pesquisa como este, a fim de se identificar as motivações e as causas da informalidade no país, possibilitando o desenvolvimento de ações e de elementos de incentivo voltados à elevação do nível de formalidade dos negócios e, assim, à melhoria dos indicadores sócio-econômicos. O presente artigo é resultado da atividade de iniciação científica realizada através de pesquisa junto a pessoas ligadas direta ou indiretamente às atividades informais no município de Piracicaba.

2. Objetivos

O presente artigo tem como objetivo geral caracterizar o mercado informal existente no município de Piracicaba, através de caracterização das atividades informais existentes no Camelódromo Municipal de Piracicaba (fase 1); caracterização dos agentes que atuam no mercado de trabalho informal e os consumidores de bens e serviços oriundos de atividades informais no município de Piracicaba, através de uma amostra (fase 2); e caracterização das percepções de uma amostra da população de Piracicaba em relação ao mercado informal (fase 3).

3. Desenvolvimento

O município de estudo da pesquisa é Piracicaba, distante 162 km de São Paulo. Em 2007, sua população estimada era de 358.108 habitantes, ocupando uma área de 1.368,4 quilômetros quadrados (IBGE, 2007).

Este artigo foi elaborado com base nos resultados obtidos em três fases distintas de coleta e análise de dados: uma visita ao Camelódromo Municipal de Piracicaba, com a entrevista não estruturada de camelôs e de pessoas ligadas ao órgão público responsável pela gestão do espaço e às entidades de classe do comércio piracicabano (fase 1); aplicação de questionários com um enfoque quantitativo a uma parcela da população piracicabana (123 questionários), atuantes ou não no mercado de trabalho informal e de produtos informais, abordando seu comportamento frente a informalidade (fase 2); e aplicação de questionários qualitativos do tipo cadeias meio-fim a outro grupo de pessoas (24 questionários), também pertencentes à Piracicaba, abordando a percepção das mesmas diante das atividades informais (fase 3).

4. Resultado e Discussão

O Camelódromo Municipal é gerido pela Prefeitura Municipal de Piracicaba. Lá existem aproximadamente cerca de 100 permissionários que comercializam, em sua maioria, produtos industrializados falsificados ou provenientes de contrabando (roupas, calçados, bolsas, brinquedos, CD's e DVD's). Tais produtos não possuem nota fiscal, tampouco são emitidas notas dos produtos vendidos. A Prefeitura fiscaliza apenas CD's e DVD's piratas, uma vez que sua comercialização no espaço é proibida. Os camelôs estão organizados em uma associação, e há uma triagem para se obter um ponto comercial no local. Na visão da pessoa ligada as entidades do comércio formal piracicabano, as atividades desenvolvidas no Camelódromo são prejudiciais, uma vez que utilizam de concorrência desleal. Segundo representante da Prefeitura, há uma tendência para formalização dos comerciantes que atuam como camelôs, através de legislação municipal.

Como resultados da fase 2, obteve-se que a principal atividade informal realizada pelos entrevistados é a de vendas (ambulantes e pirataria), seguida por serviços, com "pedreiro" e "mecânico" como atividades mais citadas. Há expectativa de mudança para 54,5% dos entrevistados que atuam no mercado informal, que esperam não estar realizando o mesmo trabalho informal no futuro. Com relação aos principais bens e serviços obtidos no mercado informal pelos respondentes, obteve-se bens oriundos do setor de varejo, com 43,1% da amostra. Observa-se que produtos oriundos do "varejo" são mais significativos dentre aqueles que adquiriram algum tipo de bem ou serviço informal devido à definição de varejo aplicada no questionário, que engloba diversos tipos de comércio e serviços, entre eles ambulantes e alimentação.

Com relação a questionamentos sobre atuar no mercado informal ou adquirir produtos de origem informal, partindo dos entrevistados e de terceiros, observou-se que a maioria, em ambas as situações, nunca foi questionada e não questiona ninguém frente às atividades informais. Porém, o nível de questionamento é relativamente alto para as duas situações, tanto feito por terceiros quanto feito a terceiros, estando próximo a 20% quanto ao trabalho no mercado informal, e superior a 20% quanto à compra no mercado informal.

Quando questionados sobre as principais razões pelas quais as pessoas estão trabalhando no mercado informal atualmente no país, 22,8% dos entrevistados apontou para a falta de fiscalização por parte do Governo. A população amostrada tem como percepção fundamental a participação do Governo na formação do mercado de trabalho informal no Brasil, através da falta de fiscalização, entraves burocráticos, taxaço de impostos e desempenho da economia frente à formalidade. Já quando questionados sobre as principais razões pelas quais as pessoas estão comprando no mercado informal no Brasil, 47,2% dos entrevistados apontou para o alto preço de bens e serviços do mercado formal, o que justifica a compra de produtos informais.

Como resultados da fase 3, 06 cadeias meio-fim foram geradas a partir das questões propostas no questionário qualitativo, sendo que uma delas está anexada ao presente artigo. Além destas, obteve-se que não houve consenso entre a população amostrada sobre seu posicionamento frente ao mercado de trabalho

informal e o mercado de oferta de bens e serviços informais: 54% se mostrou contra o mercado de oferta de produtos, frente a 46% a favor; já 58% se mostrou contra o mercado de trabalho informal, frente a 42% a favor. Tais valores representam a dispersão de opiniões da amostra analisada que, frente à amostra da fase 2 da pesquisa, é bem reduzida. Futuros estudos poderiam abordar melhor essa questão, com um número maior de pessoas entrevistadas.

5. Considerações Finais

A informalidade tem gerado intensos debates ao longo dos anos no Brasil, devido o alto grau de complexidade dos tipos de atividade informal existentes e os enormes impactos que as atividades informais geram na economia do país. O papel do Governo se faz de extrema importância para que haja um ganho real nos níveis de formalidade. Nos últimos 03 anos vem sendo observado um aumento da formalidade no mercado de trabalho brasileiro, porém o mercado de bens ainda continua com altos níveis de informalidade, visto a oferta e demanda de produtos falsificados, denominados “piratas”.

A elaboração dessa pesquisa contribuiu para a conclusão de 03 pontos fundamentais: 1º) As pessoas fazem uma direta associação do papel do Governo sobre a existência de um mercado informal, culpando-o pela falta de fiscalização e por altas cargas tributárias; 2º) Ao se estudar a informalidade, é necessário que o mercado de trabalho informal seja conjuntamente analisado com o mercado de bens e serviços informais, uma vez que ambos estão diretamente relacionados (mudanças em um acarretam em mudanças sobre o outro); 3º) Se faz necessário a busca de mudanças sobre o comportamento e o hábito dos consumidores de produtos gerados pela informalidade, sejam elas através de campanhas ou qualquer outro meio de mobilização, uma vez que estes não percebem claramente o papel que desenvolvem frente o mercado informal, bem como sua relevância para a economia do país.

É importante ressaltar as limitações desta pesquisa, uma vez que, apesar de três fases de coleta e análise de dados terem sido aplicadas, os resultados obtidos se referem apenas à amostra estudada, e não ao total da população de Piracicaba. Somam-se ainda as limitações, questões de difícil interpretação nos questionários propostos, uma vez que abrangem pessoas que têm ou tiveram algum tipo de trabalho informal ou demandaram bens e serviços informais, e pessoas que nunca se envolveram com atividades informais.

Novos estudos que aprofundem esta pesquisa são sugeridos, como a realização da coleta de dados em outros locais, bem como questionários elaborados especificamente a trabalhadores informais e a consumidores de produtos informais, abordando, separadamente, seus comportamentos e suas percepções diante dos aspectos da informalidade. Como sugestão, um estudo exclusivo abordando o Camelódromo Municipal de Piracicaba, sob o aspecto dos trabalhadores que ali desenvolvem suas atividades, e também sob o aspecto dos consumidores que lá vão para efetuarem suas compras.

Referências Bibliográficas

AKATU. Instituto Akatu. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br>>. Acesso em: 28 Abr 2008.

CURI, Andréa Z.; MENEZES-FILHO, Naércio A. O mercado de trabalho brasileiro é segmentado?

Alterações no perfil da informalidade e nos diferenciais de salários nas décadas de 1980 e 1990. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 36, n. 4, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 Out 2007.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estado de uma Nação: instituições trabalhistas e desempenho do mercado de trabalho no Brasil**. IPEA, 2006.

KAHN, Alfred E. **The Economics of Regulation: Principles and Institutions**. Massachusetts Institute of Technology. Volume I, 1998. 199p.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa em Marketing: Uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2006. 720p.

REIS, Maurício C.; ULYSSEA, Gabriel. **Cunha fiscal, informalidade e crescimento: algumas questões e propostas de políticas**. IPEA. Texto para Discussão. n. 1068. 2005. 24 p.

ULYSSEA, Gabriel. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura**. IPEA. Texto para Discussão. n. 1070. 2005a. 23 p.

ULYSSEA, Gabriel. **Instituições e a informalidade no mercado de trabalho**. IPEA. Texto para Discussão. n. 1096. 2005b. 22 p.

Anexos

Uma das cadeias meio-fim obtidas pela pesquisa
(questão nº 7: "o mercado informal pode prejudicar as empresas que estão legalmente registradas")

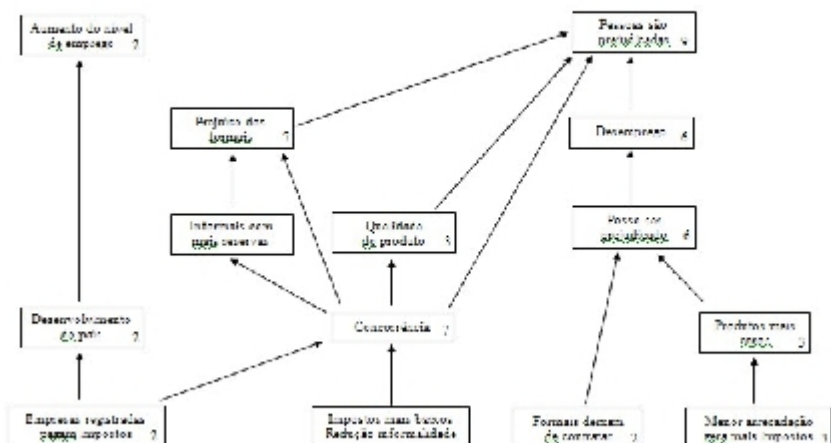


Figura 1 – Interior do Camelódromo Municipal de Piracicaba.